

## **Autismo, Inc: O Complexo Industrial do Autismo**

Alicia A. Broderick

Departamento de Ensino e Aprendizagem, Montclair State University, Montclair, NJ,  
EUA

brodericka@montclair.edu

Robin Roscigno

Departamento de Teoria, Política e Administração Educacional, Universidade Rutgers,  
New Brunswick, NJ, EUA

rfr42@scarletmail.rutgers.edu

### **Resumo**

Afirmamos que, dentro do capitalismo, o Complexo Industrial do Autismo (AIC) produz tanto o autismo como mercadoria quanto a lógica cultural normativa de intervenção em relação a ele. Composto de infraestrutura ideológica/retórica e material/econômica, argumentamos que o AIC não é a miríade de empresas e setores que capitalizam e lucram com ele; ao contrário, esses constituem suas características epifenomenais. Na produção do autismo como mercadoria, a AIC também produz simultaneamente o mercado dessa mercadoria, seus consumidores e seu próprio controle monopolista desse mercado por meio da produção para consumo da necessidade, do consentimento e da legitimidade das lógicas intervencionistas. Dentro desse aparato, quase qualquer pessoa pode capitalizar e lucrar com o autismo. E dentro da AIC, as pessoas autistas - seus próprios corpos - funcionam como matéria-prima a partir da qual esse complexo industrial é construído, mesmo quando as pessoas autistas - suas próprias identidades e eus - também se tornam produtos involuntários e, muitas vezes, relutantes da AIC.

Palavras-chave: autismo - capitalismo - estudos críticos do autismo - neoliberalismo - estudos sobre deficiência - análise comportamental aplicada - complexo industrial do autismo

## 1 Introdução

As metáforas dominantes na retórica popular, midiática, acadêmica, educacional e política sobre o autismo nas últimas décadas têm se concentrado na constituição do autismo como inimigo, sequestrador, contágio epidêmico, alienígena ou, de outra forma, perigoso e "outro" (Broderick, 2010; Broderick & Ne'eman, 2008; McGuire, 2016). Essas metáforas foram explicitamente empregadas a serviço de uma narrativa cultural mais ampla que alimenta a "intervenção" como a única resposta sensata às pessoas autistas, explorando efetivamente as esperanças e os medos capacitistas na produção simbiótica de mercadorias, mercados e consumidores do Complexo Industrial do Autismo (doravante, AIC) (Broderick, 2017; Broderick & Roscigno, 2019). Nos EUA, grande parte da oferta "educacional" para alunos autistas é fornecida por escolas particulares e empresas de consultoria, obviamente lucrando (principalmente por meio do recebimento de dinheiro público) com as metáforas culturais dominantes sobre o autismo e as narrativas intervencionistas que elas sustentam.

As narrativas sobre o autismo estão sendo exportadas para consumo global por meio de iniciativas endossadas e patrocinadas financeiramente pelas Nações Unidas e pelo onipresente gigante "filantrópico" da mídia *Autism Speaks*. Nos Estados Unidos, estão sendo aprovadas leis estaduais que canalizam os dólares dos seguros de saúde públicos e privados diretamente para os fluxos de receita das consultorias comportamentais, um negócio que cresceu muito nos 20 curtos anos desde a instituição do *Behavior Analysis Certification Board* (BACB) como um órgão que obtém sua principal receita da certificação de vários níveis de analistas comportamentais. Indivíduos autistas (incluindo, agora, crianças muito pequenas) representam coletivamente um vasto mercado a ser explorado e capitalizado, um mercado para "tecnologias" de intervenção a serem aplicadas por "técnicos comportamentais" certificados. Há dinheiro a ser ganho com a certificação de analistas comportamentais (tanto para o BACB quanto para os programas universitários que desenvolvem programas do BCBA e os administram como certificados geradores de mensalidades, bem como para a Pearson, que cobra taxas de teste). Há dinheiro a ser ganho em contratos com os distritos escolares - um fluxo constante de dólares, em SUA maioria públicos: financiamento estadual, municipal e federal - para empregar empresas de consultoria EM ABA cujos "técnicos" são certificados pelo BACB) para implantar essas intervenções nas escolas (eximindo, assim, os distritos da responsabilidade de alterar a estrutura fundamental de seus currículos, suas

pedagogias, sua preparação de professores ou as culturas de suas escolas). E há dinheiro a ser ganho por meio do reembolso do seguro de saúde (também um fluxo constante de dinheiro público e privado, facilitado pelo lobby ativo em nível estadual que resultou, a partir de 2019, na aprovação de uma legislação padronizada em todos os 50 estados dos EUA, constituindo o ABA Como a "única" intervenção para o autismo "baseada em evidências" e, portanto, financiável pelo seguro de saúde).

Em resumo, *o autismo é atualmente um grande negócio*.

Utilizando os estudos culturais e de mídia e a economia política como estruturas analíticas, argumentamos que as múltiplas ramificações que se cruzam da AIC constituem, reproduzem e exportam globalmente um monopólio efetivo não apenas de serviços e produtos de intervenção, mas também (e mais importante) de ideias e informações propagadas publicamente sobre o autismo nas últimas décadas. Em última análise, nem todos consomem produtos e serviços de intervenção para o autismo, mas é difícil escapar do consumo (a) do próprio autismo como mercadoria e circulação na mídia e na cultura popular, e (b) de sua lógica cultural intervencionista corolária. O primeiro mercado (no qual os produtos e serviços de intervenção para o autismo são consumidos) é um tanto restrito em seu escopo, mas o segundo mercado (no qual o autismo e a lógica cultural de intervenção são consumidos) é difundido e onipresente. E, embora o primeiro englobe o setor do autismo, é o segundo que constitui a AIC.

O ponto central dos nossos métodos é uma extensa análise crítica da linguagem e seus dispositivos (metáforas, narrativas, imagens, táticas discursivas, etc.), ideologias e suas dinâmicas de poder (reivindicações de legitimidade e autoridade, e a implantação da "verdade") e a institucionalização burocrática, tecnocrática e - crucialmente - econômica dessas ideias por meio dos braços entrelaçados do aparato AIC sob o capitalismo neoliberal global. Este projeto faz uma intervenção crucial no discurso do autismo, atualmente enraizado em retóricas de cuidado e recuperação (Helt et al., 2008) e práticas materiais de controle corporal e outras formas de violência (McGuire, 2016; Roscigno, 2020). Buscamos escavar as circunstâncias históricas, ideológicas e econômicas específicas nas quais a AIC evoluiu e, ao fazê-lo, tornar o familiar - a monetização rotineira do autismo - estranho e, além disso, desenvolver uma análise suficiente para explicar a escala, a lucratividade e a onipresença atuais da AIC.

## 2 Autismo e capitalismo

Nas últimas décadas, relativamente poucos estudos abordaram a economia política da deficiência em geral. Há décadas e de várias maneiras, grupos inteiros de estudos têm explorado criticamente a produção social e cultural da deficiência; entretanto, alguns poucos trabalhos se distinguem desse grupo maior de literatura por documentar a produção simultânea da deficiência em uma economia política - especificamente, na economia capitalista neoliberal avançada dos Estados Unidos. Uma das primeiras análises importantes da economia da deficiência é o livro de Gary Albrecht (1992), *The Disability Business: Rehabilitation in America*, de Gary Albrecht (1992). Nessa análise abrangente do setor de reabilitação, Albrecht explora de forma franca e explícita as maneiras pelas quais a deficiência se tornou um "grande negócio" no final do século XX. Sua análise explora os dois processos em ação que estabelecem a indústria da deficiência: (a) a "produção da deficiência" como "a construção de um problema social" e (b) a indústria da reabilitação como sua "resposta institucional" (p. 13). Os escritos selecionados de Marta Russell (Rosenthal, Ed., 2019), publicados postumamente, embora produzidos em grande parte na década de 1990 e no início dos anos 2000, oferecem uma análise explicitamente marxista do papel político e econômico da deficiência no capitalismo americano do final do século XX. As análises de Russell incluem discussões incisivas sobre a necessidade do capitalismo de manter uma reserva de mão de obra inexplorada, a desigualdade estrutural relacionada à política habitacional e às respostas às deficiências e o papel do encarceramento em relação à deficiência em uma economia capitalista, entre outros. Mais recentemente, a publicação póstuma de Paul Longmore (2016), *Telethons: Spectacle, Disability, and the Business of Charity* (Espetáculo, Deficiência e o Negócio da Caridade), de Paul Longmore (2016), talvez seja o exemplo mais abrangente, até o momento, de uma análise complexa dos tentáculos extremamente entrelaçados da política cultural e da economia política - nesse caso, no exemplo específico do setor de teleton.

No entanto, David T. Mitchell e Sharon L. Snyder (2015), sem dúvida, fizeram as contribuições teóricas mais inovadoras, avançando em uma análise complexa da deficiência e do neoliberalismo, especificamente em seu *The Biopolitics of Disability: Neoliberalism, Ablenationalism, and Peripheral Embodiment*. Ao desenvolver o conceito de nacionalismo capacitista (tradução nossa para o termo "ablenationalism"), Mitchell e Snyder escrevem que "as pessoas com deficiência são cada vez mais vistas como uma população que pode ser colocada a serviço do Estado-nação, em vez de serem

posicionadas exclusivamente como parasitas de seus recursos e, portanto, de alguma forma fora de seus melhores interesses" (p. 17). Voltaremos a essa noção de pessoas com deficiência sendo colocadas a serviço do Estado-nação (e, mais especificamente, de sua economia) à medida que nossa própria análise se desenvolver.

Esses trabalhos seminais oferecem coletivamente análises fundamentais das interseções entre capitalismo e deficiência, em geral. Estamos interessados aqui em uma análise das interseções entre o capitalismo e o autismo, especificamente. Tanto Albrecht (1992) quanto Longmore (2016) oferecem análises de uma economia política capitalista da deficiência que se situa em uma relação intrincada e complexa com análises incisivas da produção simbiótica e do desempenho da política cultural da deficiência. Ao desenvolver a heurística analítica da AIC, oferecemos aqui uma análise da produção co-constitutiva tanto da política cultural quanto da economia política do autismo no capitalismo.

Os últimos 15 anos geraram um vasto e convincente corpo de estudos críticos que exploram os significados culturais do autismo e da identidade autista por meio de múltiplas lentes interdisciplinares que se cruzam. Entre elas estão o feminismo, os estudos culturais, a sociologia, a linguística, a antropologia, a retórica e os estudos queer, e outros (por exemplo, Eyal, 2010; Jack, 2014; McGuire, 2016; Murray, 2012; Nadesan, 2005; Osteen, 2010; Rodas, 2018; Runswick-Cole et al., 2016; Silberman, 2015; Silverman, 2013; Yergeau, 2017). A maioria dessas análises sociais e culturais críticas concorda com a afirmação indiscutível de que o autismo agora é um grande negócio - isso tem sido óbvio nas últimas décadas. Entretanto, relativamente poucos estudos até agora envolveram qualquer análise do autismo em relação às estruturas de nossa economia política, e nenhum deles apresentou uma análise abrangente que tente integrar análises sociais e culturais críticas com e por meio das lentes abrangentes da economia política. A acadêmica autista Michelle Dawson (2004) pode ter sido a primeira a identificar e nomear a "indústria do autismo/ABA" (n.p.) como tal e, nos últimos 15 anos, outros continuaram a descrever e analisar criticamente o que Milton (2012) chama de "vasta e exploradora indústria do autismo" (p. 3). Desde a primeira articulação de Dawson da ABA como uma "indústria", os estudiosos críticos do autismo continuaram a escrever sobre a indústria do autismo (Latif, 2016; Milton & Moon, 2012), o autismo como mercadoria (Mallett & Runswick-Cole, 2012, 2016) e o autismo como fetichismo de mercadoria (Goodley, 2016; R. Grinker, 2018; Mallett & Runswick-Cole, 2012).

Anne McGuire parece ter sido a primeira a imprimir o termo "complexo industrial do autismo", um conceito articulado em "Buying time: The space of advocacy and the cultural production of autism" (2013), uma análise inicial do autismo e do tempo no contexto social e econômico do capitalismo neoliberal avançado. No parágrafo final de sua análise sobre as formas como a experiência autista tensiona e ameaça os limites dos conceitos neoliberais de tempo, McGuire observa que "devemos observar como as versões neoliberais de advocacy... já representam um 'bom' e muito lucrativo 'retorno' sobre um investimento em conscientização" (p. 121). Além disso, ao apontar para a "amplitude do 'complexo industrial do autismo'", ela afirma que "em um único movimento - e claramente muito lucrativo -, nossos tempos de mercado, ao mesmo tempo, promovem e regulam, criam e restringem condutas que estão além da norma" (p. 121). McGuire desenvolve ainda mais a ideia do complexo industrial do autismo em seu texto, *War on Autism* (Guerra ao Autismo) (2016), embora sua discussão sobre o conceito permaneça principalmente descritiva em vez de analítica. McGuire afirma que o "corpo da criança autista gerou um 'complexo industrial do autismo' multibilionário - interesses de investimentos públicos e privados que se beneficiam economicamente da existência de" corpos autistas e, na verdade, cuja própria sobrevivência fiscal depende deles (p. 126). Consistente com sua intenção declarada de "fornecer ao leitor um senso da imensidão e da diversidade da indústria do autismo" (p. 127), McGuire aponta para a indústria de empregos e instituições cujo objetivo se concentra principalmente na intervenção sobre o autismo. Ela observa que "indústrias inteiras surgiram em torno do tratamento e/ou cura do autismo", enquanto "outras indústrias descobriram também pode ser lucrativo seguir o caminho da prevenção", enquanto que "outras indústrias... têm se aperfeiçoado no nicho de mercado do autismo" (p. 127), incluindo produtos como software/aplicativos, brinquedos, livros, auxílios à comunicação etc.

Outros estudiosos críticos do autismo posteriormente se basearam nesse conceito para analisar a economia do autismo (Broderick, 2017; Grinker, 2018, 2020). Grinker (2020) argumenta que esse "diagnóstico específico [autismo] foi incorporado em um sistema financeiro que passou a depender desse diagnóstico para sua sustentabilidade e crescimento" (p. 7). Além disso, com base em Ian Hacking (1999), Grinker argumenta que, uma vez que um rótulo de diagnóstico - como o autismo - se torna um fulcro em torno do qual as atividades financeiras institucionalizadas se aglutinam (ou seja, uma vez que um complexo industrial é formado), essa mesma categoria de diagnóstico "fornece um incentivo para a fabricação de pessoas com o diagnóstico... cuja presença e

necessidades apoiam essa infraestrutura financeira" (p. 9), rearticulando efetivamente a afirmação de Mallett e Runswick-Cole (2016) de que o autismo foi comoditizado com sucesso. Broderick (2017) argumenta que a retórica do autismo (incluindo a utilização das metáforas de alienígena, invasor, epidemia, inimigo, etc.) tem sido fundamental para esse processo de mercantilização - a fabricação do autismo e, portanto, por meio de processos de interpelação, de pessoas autistas - tudo a serviço da fabricação de uma narrativa cultural mais ampla ou de uma lógica de intervenção, produzindo, assim, o mercado e justificando e sustentando teleologicamente a infraestrutura geradora de lucros da indústria de intervenção no autismo.

Duas coleções editadas e publicadas na última década trabalharam para estabelecer os fundamentos e os contornos do campo emergente dos estudos críticos sobre o autismo (CAS), e cada uma delas se envolveu um pouco com questões de economia política, mas de forma limitada. O primeiro, intitulado *Worlds of Autism: Across the Spectrum of Neurological Difference* (Davidson & Orsini, 2013), cunhou de fato o termo "estudos críticos do autismo" e desenvolveu uma estrutura conceitual vaga do que os CAS compreendem. Esses incluem: 1) atenção cuidadosa às formas como o poder molda nossos entendimentos e estudos sobre o autismo, 2) o avanço de narrativas culturais fortalecedoras sobre o autismo e 3) um "compromisso de desenvolver novas estruturas analíticas usando abordagens teóricas e metodológicas inclusivas e não reducionistas para estudar a natureza e a cultura do autismo" (Orsini & Davidson, 2013, p. 12). Assim, a importância de estudar a narrativa, a cultura e, especificamente, o poder é colocada na frente e no centro dessa articulação dos objetivos do CAS como um campo de estudos críticos, embora a economia não seja explicitamente invocada.

No entanto, como a economia é um mecanismo central por meio do qual o poder circula, nessa coletânea editada, alguns manuscritos abordam a economia do autismo, embora de forma limitada. Por exemplo, Nadesan (Nadesan, 2013) apresenta uma análise intitulada "*Autism and genetics: Lucro, risco, e a vida nua*". Nadesan, cuja análise sociocultural abrangente anterior (2005) do autismo como uma construção pareceu desencadear a onda de estudos críticos sobre o autismo que tem sido produzida nos últimos 15 anos, escreve nesse artigo especificamente sobre os processos sociais e políticos de avaliação e gerenciamento dos "riscos econômicos" (p. 117) associados ao autismo. Por meio de uma análise da priorização do financiamento relacionado ao autismo (incluindo alocações de fundos públicos para pesquisa, produtos farmacêuticos e a busca por marcadores genéticos que possam produzir testes pré ou pós-natais para o autismo),

Nadesan levanta questões difíceis sobre a proporção de dólares públicos gastos em cuidados e apoio versus pesquisa básica que visa à prevenção do autismo. No contexto das medidas de austeridade neoliberais, Nadesan adverte que "os membros da família de pessoas com autismo serão 'responsabilizados' por seus cuidados sem os benefícios do apoio, à medida que os estados, condados, cidades e distritos escolares reduzirem os serviços" (p. 134). Além disso, Nadesan prevê, de forma um tanto ameaçadora, que a priorização e o investimento e financiamento de testes de suscetibilidade ao autismo podem "ter o potencial de refigurar o risco, de modo que os pais de crianças autistas sejam financeiramente responsáveis pela 'escolha' de manter (ou seja, não abortar) seus filhos autistas" (p. 134) e que "essa priorização poderia minar o apoio a suportes educacionais e terapêuticos caros" (p. 137). Nesse mesmo volume, Bumiller (2013) analisa criticamente a política e a economia da crescente privatização das responsabilidades de cuidados em uma economia neoliberal, argumentando que "é necessário reimaginar as responsabilidades [financeiras] do Estado na esperança de criar um futuro socialmente mais inclusivo para as pessoas com autismo" (p. 145). Essas duas incursões na economia política do autismo circulam fundamentalmente em torno dos custos de intervenção, cuidados e apoio, e se esses custos devem ser socializados ou privatizados, em vez de examinar criticamente a própria indústria de intervenção.

Em uma segunda coletânea editada (Runswick-Cole et al., 2016) com o objetivo de contribuir para o campo nascente de CAS, apenas alguns artigos se referem - e a maioria deles de forma um tanto tangencial - à importância da economia no estudo crítico do autismo. No capítulo introdutório, Runswick-Cole (2016) afirma a natureza problemática da mercantilização do autismo (consulte também Mallett & Runswick-Cole, 2012, 2016): "Essa coisa chamada autismo está em toda parte" (p. 25, ênfase no original). Ela também reconhece que "claramente, há dinheiro a ser ganho com o autismo" e, de forma convincente, que "não é possível comentar sobre a indústria do autismo sem contribuir com ela" (p. 26). No entanto, poucos dos manuscritos da coletânea analisam explicitamente essa indústria do autismo, embora alguns admitam sua existência geradora de lucros como base assumida de suas análises. Por exemplo, Goodley (2016) faz uma breve referência a várias formas de "fetichismo de mercadorias em torno do autismo" (p. 156), e McGuire (2016) observa, entre parênteses, que "a noção de espectro oferece uma esperança (que, do ponto de vista do capitalismo, na maioria das vezes significa lucrativo) a narrativa da possibilidade de uma recuperação gradual da vida normativa" (p. 103). Além disso, Timimi e McCabe (2016), de forma um tanto oblíqua e quase como um



aparte, comentam que "Para nós, no entanto, parece que as pessoas que mais obviamente se beneficiaram com o aumento do uso de ferramentas para triagem e diagnóstico de TEAs foram os próprios profissionais" (p. 173).

Latif (2016) se envolve com essas questões de forma um pouco mais explícita. Embora sua análise esteja amplamente centrada nas deliberações éticas em torno dos diagnósticos de autismo, essa discussão está diretamente enquadrada no contexto das políticas de austeridade neoliberais como uma espécie de pano de fundo para a análise ética. O principal objetivo de Latif é explorar como as ideias das pessoas sobre o autismo "são modificadas e influenciadas pelos sistemas de classificação dominantes, que, em um mercado capitalista, têm levado a um modelo biomédico de bem-estar mental com base técnica" (p. 288). Latif observa ainda que "embora esse modelo possa ser bom para mercados em expansão, os problemas de alimentar uma demanda desproporcional em relação a recursos limitados surgem em sistemas universais de saúde pública, como o Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido (NHS)" (p. 288). Essa preocupação primária com a escassez de recursos em geral e com os impactos das políticas econômicas neoliberais de privatização e austeridade em particular alinham a análise de Latif e a maioria das análises de economia neste volume com as da coleção Davidson e Orsini (2013).

Mallett e Runswick-Cole (2016) oferecem a única contribuição para este volume que explicitamente avança em uma análise do autismo dentro do capitalismo em seu artigo, "The Commodification of Autism: What's at Stake?" (A mercantilização do autismo: o que está em jogo?), no qual eles argumentam que "o autismo se tornou uma mercadoria; ele é produzido, trocado, comercializado e consumido" (p. 110). Esses autores afirmam que "é quando ele [o autismo] se torna uma 'coisa' que se torna consumível e, portanto, passível de mercantilização" (p. 117). Eles argumentam com sucesso e demonstram amplamente nesse artigo que o autismo se tornou uma mercadoria quente, ilustrado com exemplos convincentes de terapias para o autismo, entretenimento e cultura popular, e até mesmo os esforços de rebranding do movimento da neurodiversidade. No entanto, nem Mallett e Runswick-Cole (2016) nem qualquer outra análise existente ainda demonstra como o autismo se tornou uma mercadoria bem-sucedida, nem a natureza das infraestruturas sociais, históricas, culturais, políticas e econômicas que se cruzam e que o produzem e sustentam como uma mercadoria lucrativa.

Esta análise pretende fazer exatamente isso. Vários autores ofereceram descrições úteis sobre a natureza e a variedade dos mercados geradores de lucro que operam na AIC

- por exemplo, não apenas serviços de intervenção, mas também serviços de diagnóstico e avaliação, indústrias de bolsas de estudo e pesquisa, indústrias de mídia, indústrias de educação especial e serviços relacionados, indústrias de tecnologia de nicho etc. (Grinker, 2020; Mallett & Runswick-Cole, 2016; McGuire, 2013, 2016). Quase todas as análises existentes sobre o autismo e o capitalismo neoliberal se concentram nas implicações sociais e pessoais da privatização e da austeridade, vis-à-vis o acesso a produtos e serviços de intervenção. Ou, como diz Grinker (2020), explorando os desafios que os pais enfrentam "enquanto procuram encontrar serviços e apoios sociais que permitam que seus filhos diagnosticados sejam educados e lançados no mundo neurotípico" (p. 8). No entanto, até o momento, ninguém ainda desenvolveu uma análise conceitual abrangente dos contextos culturais e históricos em que a AIC surgiu, nem como a AIC opera nas esferas sobrepostas da política cultural e da economia política, fabricando não apenas a mercadoria do autismo em si, mas também, e de forma crucial, a lógica cultural de intervenção que sustenta toda a infraestrutura econômica da AIC.

Desenvolvemos e implantamos a AIC como um dispositivo heurístico útil que nos permite documentar e analisar criticamente as esferas de interseção da política cultural e da economia política na produção cultural e econômica simultânea do autismo e da lógica cultural de intervenção em relação a ele. Nossa análise tem como objetivo remeter à de Albrecht (1992), na medida em que pretendemos entrelaçar uma análise complexa (a) da produção do autismo como um "problema social" com (b) a resposta institucional (intervencionista) a esse "problema". Ou seja, exploramos as maneiras pelas quais a política cultural do autismo e a economia do autismo se co-constituem mutuamente. Ao fazer isso, nos baseamos e entrelaçamos as análises das vertentes de interseção da ideologia, da retórica e do discurso, juntamente com as vertentes interligadas da política social, dos negócios, da educação e da medicina, todas as quais servem coletivamente para gerar e justificar a extração adicional de lucro do autismo - e, portanto, das pessoas autistas - em uma economia capitalista neoliberal avançada.

### **3 AIC Conceitualizado**

Desde que Eisenhower gravou pela primeira vez o conceito de complexo industrial militar no imaginário público em sua agora icônica advertência de 1961, a noção foi extrapolada para muitas esferas diferentes da cultura, da sociedade e do governo. Independentemente do contexto, essas extrapolações evocam implicitamente as reivindicações urgentes de Eisenhower: que "devemos nos proteger contra" o potencial

para a "ascensão desastrosa de um poder deslocado", sempre latente (se não for atualizada) em associação com a especulação entrincheirada e o monopólio ideológico (Eisenhower, conforme citado em Picciano & Spring, 2012, p. 1). Vamos apresentar brevemente duas extrapolações desse conceito relevantes para o nosso desenvolvimento da heurística do AIC: (a) o complexo médico industrial (Ehrenreich & Ehrenreich, 1970; Mingus, 2015) e (b) o complexo industrial da educação (Picciano e Spring, 2012).

Uma extrapolação antiga e óbvia da ideia do complexo industrial militar foi a articulação do complexo industrial médico análogo (Ehrenreich & Ehrenreich, 1970), mais recentemente desenvolvido conceitualmente por Mia Mingus (2015). Mingus propõe uma teia fluida e dinâmica de quatro setores interligados, compreendendo os setores de ciência e medicina, saúde, acesso e segurança, articulando ainda mais as motivações correspondentes e subjacentes desses setores: eugenia, desejabilidade, caridade e capacitismo e controle populacional. Dentro desses setores sobrepostos e impulsionados por essas ideologias, valores ou motivações culturais, Mingus articula alguns dos principais componentes geradores de lucro do complexo médico-industrial, como os setores farmacêutico e de saúde mental, as faculdades de medicina, as seguradoras, o complexo industrial penitenciário e os setores de asilos. A estrutura conceitual de Mingus é ao mesmo tempo complexa e dinâmica, e indica um mercado em rápida evolução em relação a uma arquitetura econômica e ideológica subjacente relativamente estável.

Outra extrapolação óbvia do conceito de complexo industrial militar é a do complexo industrial educacional: Picciano e Spring (2012) esboçam uma tese detalhando o surgimento do que eles chamam de "o grande complexo industrial educacional americano", definindo-o como redes de entidades ideológicas, tecnófilas e com fins lucrativos que buscam promover suas crenças, ideias, produtos e serviços em prol de suas próprias metas e objetivos. Esse complexo é alimentado por recursos significativos e *advocacy* fornecidos por empresas, fundações e pela mídia que desejam moldar a política educacional americana de acordo com seus próprios ideais e que também lucram significativamente com seu desenvolvimento. (p. 2)

Substitua "autismo" por "educação" nessa definição e você terá uma descrição convincente da AIC. A análise de Picciano e Spring é uma heurística muito mais simples do que a de Mingus, compreendendo principalmente os componentes tripartidos de interseção de ideologia, tecnologia e lucro. O ponto central da heurística de Picciano e Spring são as interseções de redes de entidades que buscam não apenas promover seus

produtos e serviços para gerar lucro, mas que também buscam promover suas ideias e crenças (o que é igualmente fundamental para o objetivo final de gerar lucro). O autismo como mercadoria é produzido e consumido, em parte, por meio da mobilização dos complexos industriais médico e educacional, e a exploração específica do AIC tem o potencial para explicar e esclarecer melhor como funcionam os dois complexos industriais subjacentes. Sem nos esforçarmos para reconciliar ou transformar essas duas estruturas conceituais divergentes em uma só, observaremos, no entanto, que no caso da AIC, vários setores da economia que se cruzam e se conectam em rede estão envolvidos na produção simultânea não apenas de tecnologias (produtos e serviços), mas também de ideologias (conceitos, valores, crenças e narrativas culturais), que são comercializadas, produzidas e distribuídas conjuntamente para consumo, tudo a serviço da geração de lucros.

De fato, Picciano e Spring (2012) destacam a centralidade dessas redes para a operação econômica do complexo industrial educacional, observando que não é simplesmente uma entidade única que conspira para influenciar a política educacional. Na verdade, ela é formada por várias redes que, às vezes, compartilham agendas, mas frequentemente operam de forma independente e competem entre si por contratos e vendas de bens e serviços. (p. 2)

Como é o caso dos complexos médico-industriais e educacional- industriais, essas redes de entidades que compõem a AIC são frouxas e se sobrepõem e, de muitas maneiras, surgiram ao longo de décadas como um aparato ad hoc que é nitidamente diferente de uma entidade monolítica planejada, coordenada e orquestrada. Este trabalho não dispõe do tempo ou do espaço necessários para descrever completamente cada um dos atores plutocráticos nas redes neoliberais da AIC, nem para descrever e analisar completamente a evolução retórica e ideológica da AIC. O mapeamento do surgimento histórico e da retração da AIC faz parte de um projeto maior (de um livro). Entretanto, em vez dessa análise (Broderick, no prelo), oferecemos aqui uma narrativa composta resumida do surgimento de vários "atores" principais no cenário do autismo, juntamente com breves ilustrações de seu surgimento, solidificando ainda mais os fundamentos da AIC conforme descrito.

Entre essas autoridades que se sobrepõem e se cruzam, operando no mercado da AIC, há pelo menos quatro redes diferentes de participantes, cada uma delas intimamente ligada ao campo do behaviorismo, de modo geral, e ao campo da Análise Comportamental Aplicada (AA), mais especificamente. Essas redes incluem: (a) behavioristas acadêmicos

(Ph.D. em psicologia comportamental, que lecionam em instituições de ensino superior e publicam estudos e artigos de posicionamento em revistas científicas revisadas por pares); (b) pais não autistas de crianças autistas; (c) o *Behavior Analyst Certification Board* (BACB) (uma corporação privada, sem fins lucrativos, criada em 1999, que certifica analistas comportamentais [*Board Certified Behavior Analysts*, ou BCBA s] em vários níveis); e (d) a *Autism Speaks* (autodenominada a maior organização científica e de defesa de direitos do mundo para o autismo; descrita aqui como uma organização de mídia neoliberal global, multiplataforma e lobista de políticas de estilo corporativo). Esses atores ancoram uma rede de empreendimentos inter-relacionados e, juntos, compõem os plutocratas fundadores da AIC, cada um dos quais participa atualmente de alguma forma da mercantilização do autismo, bem como da fabricação e da marca simultâneas de seu mercado por meio da produção de lógicas intervencionistas para consumo público. Ao fazer isso, cada uma dessas redes componentes também participa da mercantilização dos corpos autistas e da produção de identidades autistas.

Como Eisenhower alertou, sempre que o poder é consolidado nas mãos de poucos, devemos nos proteger contra seu possível abuso. Eisenhower viu o perigo inerente e os custos ocultos na tentadora lucratividade do complexo industrial militar - ele temia que o setor fosse impulsionado não pelos interesses da segurança nacional, mas sim pelos interesses da lucratividade privada e corporativa. Ele também temia que os custos humanos da proliferação militar fossem considerados insignificantes diante de sua lucratividade. Da mesma forma, tememos (e afirmamos) que a AIC não seja conduzida pelos interesses dos indivíduos autistas, mas pelos interesses daqueles que lucram com a AIC. Além disso, afirmamos que os custos da proliferação da AIC para as pessoas autistas têm sido considerados, até o momento, insignificantes diante de sua lucratividade. Eisenhower alertou especificamente sobre os perigos de nossas forças armadas nacionais funcionarem como um setor da economia que gera lucro, prevendo os vastos potenciais de corrupção, consolidação de poder e, acima de tudo, de o lucro suplantar a segurança nacional como o principal fator de tomada de decisões. Sem dúvida, o surgimento do complexo militar-industrial foi um desenvolvimento inevitável no capitalismo americano do final do século XX. O mesmo aconteceu com o consumo subsequente dos setores econômicos de assistência médica (pelos setores de seguro de saúde e farmacêutico), educação (pelos setores de publicação de livros didáticos e testes), segurança pública e justiça criminal (pelo setor penitenciário), entre inúmeros outros setores da nossa economia que, sem dúvida, nunca deveriam ser impulsionados pela extração de lucros

corporativos ou privados. A maioria das primeiras descrições da AIC concentra-se, em grande parte, em documentar a infraestrutura real de geração de lucros (por exemplo, a venda de serviços de intervenção, produtos etc.) como a arquitetura presumida da AIC. Defendemos que esses produtos (sejam eles bens ou serviços) que estão literalmente sendo comprados e vendidos - por meio de transações financeiras que geram lucro - são, na verdade, características epifenomenais da AIC e são mais bem descritos como componentes do setor do autismo. Elas nos permitem perceber melhor a existência da AIC e são, de fato, suspensas por suas estruturas, mas não compõem a AIC POR si só, nem constituem a indústria do autismo em seus produtos mais importantes ou fundamentais.

Concordamos com a afirmação de Mallett e Runswick-Cole (2016) de que o autismo foi mercantilizado com sucesso, e argumentamos que o produto central fabricado e consumido na AIC é a mercadoria do próprio autismo. No entanto, embora Mallett e Runswick-Cole (2014, 2016) concentrem grande parte de sua discussão no conhecimento do autismo como mercadoria, somos obrigados a reiterar que o autismo não existe apenas como uma ideia em um estado epistemológico desencarnado, sendo comprado, vendido, trocado e consumido em um mercado abstrato. Em vez disso, o autismo é um construto inscrito, vivenciado e materializado pelos corpos das pessoas autistas, e concordamos com a afirmação de McGuire (2016) de que a multibilionária AIC gera indústrias "que se beneficiam e, de fato, cuja própria sobrevivência fiscal depende da existência" não apenas do autismo como conceito, mas de corpos autistas (p. 126, ênfase nossa).

Embora o capitalismo neoliberal seja, sem dúvida, a base de toda a AIC, uma ideologia mais específica também impulsiona as circunstâncias históricas particulares de seu surgimento e desenvolvimento, uma ideologia que (diferentemente do capitalismo em geral) tem sua própria tecnologia proprietária: a ideologia da psicologia comportamental operante e suas tecnologias associadas de análise comportamental aplicada (ABA). Foi a implantação do behaviorismo como ideologia - impulsionada por suas tecnologias aplicadas de ABA - que possibilitou o desenvolvimento de uma infraestrutura tecnocrática complexa e em larga escala para gerar lucro com o autismo nos últimos setenta e cinco anos. E a ideologia específica do behaviorismo operante, somada à ideologia do neoliberalismo, moldou profundamente o segundo produto ideológico central fabricado e consumido na AIC: a lógica cultural da intervenção (comportamental).

Essa análise tenta escavar as particularidades dos emaranhados históricos entre autismo, behaviorismo operante e capitalismo, conforme surgiram em meados do final do

século XX e persistem até hoje. Argumentamos que o behaviorismo esteve implicado nas estruturas fundamentais do aparelho da AIC por causa de circunstâncias históricas fortuitas em que o behaviorismo estava contemporaneamente ascendente com a ascensão do autismo como uma categoria ontológica e com o rápido desenvolvimento e ascensão do capitalismo neoliberal global em geral. Entretanto, o papel do behaviorismo poderia facilmente ter sido desempenhado pela psicologia freudiana (uma ou duas décadas antes) ou pela neurociência baseada no cérebro (algumas décadas depois). A heurística da AIC nos permite examinar criticamente as maneiras pelas quais a ideologia e a política cultural evoluem de forma fluida e dinâmica à medida que o capitalismo evolui, e devemos entender ambas em relação umas às outras e ao autismo como uma categoria ontológica historicamente específica. O trabalho do complexo industrial consiste em imbuir a categoria ontológica do autismo com significados culturais específicos e significação, além de transformar essa categoria ontológica em uma mercadoria bem-sucedida por meio de uma série de esforços de fabricação, recuperação, extração e branding. Além disso, o complexo industrial fabrica seu mercado e seus consumidores (produzindo necessidades, preparando o consentimento, criando consumidores e fabricando legitimidade) por meio da produção para consumo em massa da lógica cultural da intervenção. O "problema" central, sob essa perspectiva (se formos pressionados a identificar apenas um), é menos o behaviorismo do que o capitalismo.

### *3.1 O que estão vendendo a você? Autismo no capitalismo*

Wang (2018), em uma análise incisiva da economia da dívida em seu texto seminal, *Carceral Capitalism*, pergunta, quando os credores predatórios têm como alvo os consumidores em busca de "oportunidades" para abrir linhas de crédito e consumir outras formas de produtos derivados da mercadoria da dívida, "o que eles estão vendendo a você?" (p. 32). As instituições financeiras envolvidas nessas práticas, argumenta ela, "estão vendendo a você o próprio endividamento" (p. 33). Expandimos a conceituação inicial de McGuire sobre a AIC fazendo a simples pergunta: quando a AIC está fabricando seus produtos para consumo, "o que eles estão vendendo a você?" Sim, os serviços de intervenção estão sendo produzidos e consumidos. Em sua maioria, eles estão sendo produzidos por profissões e ocupações que não existiam há um século - terapeutas comportamentais, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, educadores especiais e paraeducadores, terapeutas lúdicos, escritórios jurídicos especializados em litígios relacionados ao autismo etc. E eles estão sendo consumidos principalmente pelos pais

não autistas de crianças autistas que adquirem esses serviços para seus filhos e pelos distritos escolares públicos encarregados de educar essas crianças. Na economia do autismo, os produtos individuais que estão sendo comprados e vendidos - as terapias, os livros, as camisetas de "conscientização", os fidget spinners, as inúmeras intervenções e serviços - constituem o setor do autismo. Mas muito mais do que esses produtos estão sendo consumidos na AIC. O que mais eles estão nos vendendo? Além desses produtos e serviços epifenomenais (e, possivelmente, obscurecidos por eles) que estão sendo literalmente comprados e vendidos na ordem de bilhões de dólares anualmente na AIC, afirmamos que o produto central que a economia do autismo está produzindo e comercializando para consumo público - na verdade, "está vendendo você" - é o próprio autismo, e que o produto constituinte complementar e integralmente entrelaçado - que a AIC "está vendendo você" - é a lógica cultural da intervenção.

Uma estrutura analítica fundamental que utilizamos em nossa análise da AIC é proveniente da análise crítica de Wang sobre o capitalismo carcerário - especificamente, sua expansão conceitual da noção de Marx sobre o lumpenproletariado. Em *Carceral Capitalism*, Wang descreve a economia política do sistema carcerário. Ela baseia-se na teórica política marxista Rosa Luxemburgo para descrever como a acumulação capitalista se adapta às formas mutáveis de produção e consumo capitalistas. Em sua expansão de Marx, Wang argumenta que Marx pressupõe que o proletariado é incorporado ao sistema capitalista como trabalhador assalariado. Entretanto, devido ao rápido avanço tecnológico na produção, isso não é mais assim e "segmentos da força de trabalho também são regularmente afastados do processo de produção". (p.109). Wang argumenta que "esse processo abre continuamente novos domínios para a expropriação e a geração de valor, seja por meio de empréstimos de dinheiro ou do armazenamento de pessoas em prisões" (p. 109). Ela argumenta que a dívida é um meio de consumo para os despossuídos do trabalho assalariado, o que o geógrafo marxista David Harvey chama de "acumulação por despossessão" (Harvey, 2003, p. 154). Ela descreve a classe lumpen de Marx - os desempregados - como tendo uma função dupla. A primeira função - a conceituação de Marx - é criar uma classe que está disponível para trabalhar, trabalhadores sem trabalho, que funcionam como uma reserva de mão de obra que reduz os salários e impede a sindicalização. Wang se baseia na análise de Marx para articular uma segunda função da classe lumpen. Wang argumenta que o lumpen-proletariado também está integrado à classe consumidora (geralmente reservada aos trabalhadores assalariados) por meio da aquisição de dívidas e do consumo em relação ao dinheiro emprestado.



Afirmamos que a AIC é outro mecanismo pelo qual a classe lumpen (os desempregados) é integrada ao consumo. As pessoas com deficiência estão subempregadas (*Persons with a Disability: Labor Force Characteristics-2019*, 2020) e, dependendo da natureza da deficiência, podem não entrar na economia como trabalhadores assalariados. Entretanto, assim como a aquisição de dívidas do consumidor, os indivíduos autistas são construídos como possuidores de um endividamento nato por meio da retórica da AIC. A dívida aqui é educacional, terapêutica. E há muitas estimativas sobre o custo dessa dívida educacional e terapêutica. Grinker (2020) observa que "Buescher et al. (2014) estimam que, no Reino Unido, o custo médio ao longo da vida para cuidar de uma pessoa com autismo é de US\$ 1,4 milhão; Leigh e Du (2015) estimam que, até o ano de 2025, o custo nacional total nos Estados Unidos para cuidar de pessoas com autismo excederá US\$ 461 bilhões por ano" (p. 7). Mas é aí que o autismo entra em ação. Grinker (2018) observa que, "Paradoxalmente, o autismo é ao mesmo tempo uma ameaça ao crescimento econômico e (pelo menos para muitas partes da sociedade americana) um motor de crescimento econômico" (p. 244). Afirmamos que isso não é realmente paradoxal. A primeira narrativa (o alto "custo" do autismo) serve a um papel necessário para sustentar a justificativa para a extração de lucro do setor de autismo (portanto, esse aparente "paradoxo" que argumentamos é apenas dois lados da moeda neoliberal).

Mitchell e Snyder (2015) argumentam que, em uma economia política neoliberal, "a deficiência foi transformada em um alvo de estratégias de intervenção neoliberal" (p. 205). Além disso, eles argumentam que, "mais do que um 'fardo' econômico de uma era anterior, as pessoas com deficiência se tornaram objetos de cuidado nos quais são investidos enormes setores das economias de serviços pós-capitalistas" (p. 205). Embora Mitchell e Snyder afirmem que a noção de "fardo" pertença a uma era econômica anterior, argumentamos que, retoricamente, a apresentação de pessoas autistas como futuros fardos econômicos em potencial continua a ser usada como justificativa para a participação e o consentimento da indústria de intervenção (na qual uma boa quantidade de lucro é sistematicamente extraída de pessoas autistas). A quantidade líquida de terapia necessária para preencher a lacuna entre trabalhador assalariado/consumidor se torna um meio de consumo, integrando, assim, a classe lumpen de cidadãos autistas destituídos e despossuídos ao reino do consumo como consumidores de intervenção. Ou, como Mitchell e Snyder afirmam, as relações econômicas do nacionalismo capacitista situam os corpos deficientes (nesse caso, autistas) "em uma posição equivalente a geografias

pouco exploradas: eles passam a ser reconhecidos como locais anteriormente negligenciados, agora disponíveis para novas oportunidades de extração de mercado que alimentam grande parte do fim da produção do capitalismo neoliberal" (p. 206).

E, diferentemente do conceito original de Marx sobre a classe lumpen, no caso dos autistas, não são apenas as pessoas com idade para serem potenciais (embora "fracassadas") assalariados que são visadas por esses mecanismos. Em vez disso, por meio dos processos de desapropriação, crianças de até dois anos de idade são mobilizadas economicamente como matéria-prima a ser extraída e capitalizada, ao mesmo tempo em que seus pais e escolas são integrados como consumidores de intervenção, atuando sobre os corpos de seus filhos autistas. Argumentamos aqui que a ampliação maciça do escopo da AIC depende, em grande parte, do entrelaçamento bem-sucedido da arquitetura cultural, política e econômica, de modo que os adultos não autistas (principalmente pais de crianças autistas, professores adultos e administradores de escolas etc.) foram preparados como consumidores-alvo da AIC PARA o autismo (e, portanto, para seu complexo de intervenções). Essa circunstância gerou não apenas a mercantilização e o consumo da ideia ou do conceito de autismo, mas, mais perniciosamente, a mercantilização e o consumo de corpos autistas, incluindo os corpos de crianças muito pequenas, na geração de lucro para essas indústrias de intervenção.

Essencialmente, argumentamos que a AIC não é uma anomalia, uma aberração ou uma ruptura dos significados ou materialidades que o autismo "deveria" ter; de fato, argumentamos que no capitalismo neoliberal americano do final do século XX, a AIC NÃO poderia não ter se desenvolvido. Ele poderia ter se desenvolvido de forma ligeiramente diferente se circunstâncias históricas e culturais específicas tivessem se desenrolado de forma ligeiramente diferente (20 anos antes, sua base disciplinar fundamental poderia ter sido a psicologia freudiana; 20 anos depois, poderia ter sido a neurociência baseada no cérebro), mas essencialmente, dentro do capitalismo neoliberal, teve de se desenvolver, e sem dúvida continuará a existir, um AIC. Fomos encorajados e intelectualmente nutridos pela última década e meia de estudos críticos sobre o autismo (por exemplo, antropológicos, sociológicos, literários, retóricos, feministas, queer, etc.), incluindo o nascimento de um subcampo de pesquisa acadêmica dedicado a ele (CAS). No entanto, simplesmente não podemos avançar em nossa própria pesquisa crítica sobre o autismo sem uma exploração sistemática e abrangente das interseções do capitalismo neoliberal e do autismo, e das formas como o primeiro tem sido constitutivo do segundo (praticamente desde sua concepção).

### 3.2 *O que eles estão lhe vendendo? A lógica cultural da intervenção*

A AIC NÃO PODERIA prosperar como tem feito se apenas produzisse a mercadoria do autismo; ela também fabrica uma lógica cultural normativa e narrativa - a lógica cultural da intervenção. Assim, dentro da produção do autismo para consumo público está a fabricação simultânea para consumo dos produtos retóricos constituintes de (a) necessidade e consentimento para a intervenção no autismo e (b) reivindicações da legitimidade de tecnologias de intervenção específicas. Esses produtos retóricos constituintes trabalham em conjunto com a produção do autismo como mercadoria para produzir, para consumo generalizado, a lógica narrativa de que o autismo não apenas é perigoso, ameaçador e geralmente ruim, mas também que, portanto, necessita de intervenção e que certas formas de intervenção são mais legítimas do que outras.

A lógica cultural que produz tanto a necessidade quanto o consentimento para a intervenção no autismo é fabricada por meio da implantação sistemática e da manipulação tanto dos medos quanto das esperanças culturais, na elaboração de narrativas culturais hegemônicas de que o autismo (é claro) necessita de intervenção. O principal mecanismo que cria esse mercado para o complexo industrial de intervenções é, atualmente, uma campanha de mídia ampla, sofisticada, multiplataforma, onipresente e global - você escolhe: mídia social, televisão, revistas, jornais, programas de entrevistas na televisão, rádio, anúncios de serviço público, concertos de arrecadação de fundos patrocinados por celebridades e outros eventos, documentos e retórica do governo e de políticas, etc. No entanto, o trabalho de base para produzir esse mercado começou com behavioristas acadêmicos e, mais tarde, incluiu pais não autistas defensores antes de ser ampliado para incluir campanhas de mídia global e o próprio setor de serviços de intervenção em ABA. Além disso, observaremos que essa campanha de mídia - e suas ondas anteriores de defesa acadêmica e dos pais - inclui integralmente um forte senso de urgência cultural (por exemplo, o autismo é uma "emergência", uma "epidemia", um "tsunami" etc.) em seu estabelecimento de necessidade, facilitando e agilizando simultaneamente o consentimento generalizado para a participação no setor de intervenção. E a partir do início do que só pode ser entendido como uma campanha de marketing e branding em larga escala, as retóricas da esperança e do medo têm sido sistematicamente empregadas de forma intencional, eficaz e bem-sucedida (Broderick, 2009; Broderick, 2010; Broderick, 2011).

Um produto retórico constituinte adicional fabricado dentro da lógica cultural da própria intervenção é a própria legitimidade da AIC (tanto a legitimidade "científica", por meio da implantação estratégica do cientificismo como retórica, quanto a legitimidade "profissional", estabelecida por meio dos cursos profissionalizantes e das infraestruturas de certificação centralizadas da BACB). A retórica da ciência positivista tem sido absolutamente central para a campanha de branding da AIC desde o início, servindo como argumento fundamental para a monopolização da arquitetura econômica a ser seguida pela ABA. Após o surgimento dessa arquitetura econômica, de muitas maneiras, o próprio aparato gerador de lucros serviu como uma constituição teleológica adicional de legitimidade: Oferecemos produtos e tecnologias de intervenção, reconhecemos apenas os nossos próprios produtos e tecnologias de intervenção como "baseados em evidências", garantimos, por meio de lobby político, que os fundos fluirão para os nossos serviços de intervenção, o que nos garante uma participação dominante no mercado, se não o status de monopólio; portanto, também temos legitimidade de mercado. Por meio dos braços arquitetônicos entrelaçados do financiamento de pesquisas, da política e da cultura/mídia popular, tanto a privatização das indústrias de intervenção quanto a globalização simultânea de estilo corporativo da advocacy e da filantropia emergem como estabelecimentos monolíticos, politicamente "neutros", "legítimos" e, principalmente, geradores de lucro.

### *3.3 O que eles estão lhe vendendo? Identidade autista*

Um último produto retórico e material simbiótico da AIC que simplesmente não pode ser separado da produção do autismo como mercadoria e de sua lógica intervencionista corolária é a produção das próprias identidades das pessoas autistas. A própria AIC é parasita dos corpos das pessoas autistas; ela não pode existir sem as pessoas autistas, que muitas vezes são exploradas como matéria-prima involuntária ou involuntária para a extração de lucros no complexo industrial, especialmente quando esses corpos são de crianças autistas muito jovens. Por meio de tecnologias biopolíticas de controle e monopólios de ideias virtualmente propagandistas, a AIC constitui ativamente o que significa/é ser autista dentro do capitalismo neoliberal global. É importante observar que esse terceiro produto constituinte da AIC está integralmente entrelaçado e é realizado com cada um dos dois primeiros. De fato, argumentamos que não é possível se envolver na produção de qualquer um desses três sem se envolver efetivamente na produção dos outros dois. Por exemplo, na fabricação da necessidade da

AIC e, portanto, na preparação do consentimento para ela, as identidades estão sendo forjadas simultaneamente por meio de processos poderosos que transformam e interpelam as subjetividades individuais.

Dentro da política cultural e da economia política da AIC, as pessoas autistas são fabricadas à medida que as identidades autistas são interpeladas por meio de representações e produções culturais e midiáticas específicas do autismo, juntamente com tecnologias biopolíticas de vigilância e controle. Da mesma forma, quando a AIC está retoricamente fabricando a necessidade de sua própria arquitetura econômica (produtos de intervenção, tecnologias, serviços etc.) por meio da propagação para o consumo cultural popular de metáforas ideológicas hediondas sobre o autismo como inimigo, predador, alienígena, epidemia, tsunami, caravana, etc. (insira a metáfora perigosa e urgente do mês aqui), as identidades estão sendo simultaneamente comercializadas para consumo. As pessoas autistas são integradas ao consumo por meio de sua função como a classe do lumpenproletariado que forma a base econômica da indústria de intervenção. O que eles estão lhe vendendo? Uma noção cínica, preconceituosa e culturalmente desvalorizada do autismo em si e, portanto, de ser autista. Uma diferença significativa nesse caso é que as pessoas autistas não são os principais consumidores visados no mercado do AUTISMO - são as pessoas não autistas (pais e possíveis pais de crianças autistas).

Essa análise representa um distanciamento significativo das análises de outros estudiosos críticos do autismo dentro do capitalismo, muitos dos quais parecem aceitar a naturalidade da própria indústria de intervenção e a maioria dos quais situa suas críticas principalmente nas políticas de austeridade neoliberal e nas preocupações com a escassez de recursos de intervenção. Por exemplo, Mallett e Runswick-Cole (2016) nos alertam sobre o potencial do autismo de se tornar "inútil" e ficar sujeito aos caprichos do mercado, com a perda de serviços de apoio sendo um dano colateral. Defendemos que a AIC é, na verdade, abundantemente geradora, e não um recipiente arbitrário para a mais-valia; ao contrário, a AIC consome por meio da construção de pessoas autistas como fundamental e infinitamente endividadas. Juntos, a produção e a mercantilização do autismo como categoria ontológica e a lógica cultural da intervenção em relação a ele têm estruturado nossas ideias e conceituações sobre o autismo, nosso acesso a informações divergentes sobre o autismo e limitado efetivamente a gama de nossas respostas ao autismo, inundando o mercado de ideias com o monopólio da intervenção em geral e da intervenção da ABA em particular, por mais de setenta e cinco anos.

#### 4 Discussão: Com/em (e com/sem?) o aparato da AIC

Com muita frequência, nesse ponto dos manuscritos acadêmicos, os autores encerram com apelos nebulosos à ação que pretendem ser radicais e transformadores (ou seja, instando os leitores a "desmantelar" ou "desconstruir" estruturas institucionais opressivas), mas que, na maioria das vezes, acabam sendo inúteis, ineficazes e até mesmo baseadas em pensamentos fantasiosos. Sejamos claros: ao escavar essa história específica, não estamos sugerindo que exista uma alternativa simples, direta, transformadora ou revolucionária para o AIC. Não estamos interessados em criar um inimigo alternativo. Não estamos tentando banir o behaviorismo (como outros sugeriram em espaços mais ativistas) (Sequenzia, 2016). Não estamos pedindo uma revolução ou o desmantelamento sistemático do behaviorismo, do capitalismo ou, de fato, de qualquer coisa. Como um puro experimento de pensamento, remover completamente o behaviorismo da mistura ainda deixa: autismo e capitalismo. Argumentamos que esse é (e continuará sendo) o ponto crucial da questão.

Então, será que é possível operar fora, além, em uma subversão ativa do capitalismo? Mitchell e Snyder (2015) argumentam que não fora ou além, mas oferecem sua escavação da biopolítica para gerar subversão ou até mesmo insurgência contra o neoliberalismo: "Em vez de postular um espaço fora do capitalismo neoliberal, a biopolítica da deficiência explora como as formas de dissidência evoluem dentro das rubricas limitadoras da diversidade neoliberal" (p. 219), ou o que eles chamam de "formas de insubordinação dentro do capitalismo global" (p. 206). E, assim como as redes distribuídas da AIC são ad hoc, com afiliação frouxa e, às vezes, até competem entre si, também argumentamos que existem possibilidades de formas coletivas - embora não unificadas - de dissidência exercidas dentro e até mesmo fora da AIC.

Não podemos deixar de evocar, neste momento, a imagem e o exemplo do cogumelo matsutake explorado em detalhes gloriosos, ricos, complexos e cheios de nuances por Anna Lowenhaupt Tsing (2015) em sua brilhante obra *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins* (O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida em ruínas capitalistas). O texto de Tsing é um estudo antropológico multiespécie de cogumelos Matsutake e a estranha economia subterrânea em torno de seu cultivo, coleta e distribuição. O Matsutake é um cogumelo aromático raro e valioso, cujas características definidoras são a capacidade de crescer dentro e entre vários detritos e uma economia construída por aqueles que, muitas vezes, são

marginalizados pelos mercados tradicionais de coletores. O texto de Tsing oferece um rico estudo de caso sobre como existir dentro dos limites do capitalismo em estágio avançado e resistir ao capitalismo como uma narrativa totalizante e grandiosa para encontrar possibilidades - no caso dos coletores de Matsutake, uma vida na floresta que evita alguns dos traumas da sociedade convencional. Tsing descreve como a coleta de Matsutake é um projeto de sobrevivência coletiva e argumenta que a coordenação não intencional se desenvolve como uma montagem, que é contaminada e polifônica.

Para encerrar, oferecemos três exemplos breves, diversos, possíveis e polifônicos (ou seja, tanto harmônicos quanto dissonantes) de sobrevivência com/na (e possivelmente com/fora?) a AIC, nas rubricas limitadoras e até mesmo nas ruínas do capitalismo neoliberal (o que não quer dizer depois do capitalismo, mas sim, dentro dele, permeando-o e apesar dele).

Primeiro, chamamos a atenção para as resistências cotidianas e corporais que ocorrem nos vários espaços de contenção dentro do AIC: a clínica, a casa de grupo, a escola, a prática terapêutica. Eu (segundo autor) tracei algumas dessas resistências encontradas no corpus de estudos sobre a AIC (Rosigno, 2019). Especificamente, estamos falando sobre os "head-bangers", "biters", "runners" e "shit-smearers" que retardam o AIC por meio de sua resistência física, mesmo quando essa resistência não é completa, convincente ou parte de algum programa ativista maior. Tsing caracteriza essa atividade como um "bem comum latente" (p. 255), que ela descreve de forma negativa: "o bem comum latente não se institucionaliza bem", afirmando que "as tentativas de transformar o bem comum em política são louvavelmente corajosas, mas não capturam a efervescência desse bem comum latente. O bem comum latente se move nos interstícios da lei; ele é catalisado por infrações, infecções, desatenção e caça ilegal" (p. 255). Essas resistências temporais e corporais formam um bem comum latente que permite a atividade de resistência fora das grandes narrativas de progresso redentor.

Em segundo lugar, reconhecemos a importância do movimento da Neurodiversidade/Pride Autista na formação de uma importante coalizão e local de resistência. O movimento da neurodiversidade obteve ganhos materiais para as pessoas autistas em educação, assistência médica, emprego, moradia etc. por meio de educação pública, defesa de direitos e trabalho político. Organizações como a *Autistic Self Advocacy Network* (ASAN) e a *Autistic Women and Non-Binary Network* (AWN) ajudaram a chamar a atenção para as pessoas autistas como um grupo marginalizado e a usurpar parte do poder das organizações de pais e profissionais. Sem dúvida, a

contribuição mais importante do movimento da neurodiversidade foi a criação de uma linguagem, uma plataforma e uma infraestrutura para ajudar os autistas a se encontrarem, se organizarem, comungarem e criarem redes de apoio vitais fora da AIC. Projetos de ajuda mútua, como o *Fund for Community Reparations for Autistic People of Color's Interdependence, Survival, and Empowerment*, organizado por Lydia

X.Z. Brown, Morénike Giwa Onaiwu, Sharon daVanport e Sara María Acevedo, forneceram importantes recursos de sobrevivência para as pessoas autistas e frustraram os objetivos da AIC de extrair o máximo de capital possível das pessoas autistas, direcionando o capital para as pessoas autistas.

Por fim, e talvez em uma evocação mais próxima dos cogumelos matsutake de Tsing, estão os coletivos de pessoas autistas que (intencionalmente ou não) conseguem escapar totalmente do aparato da AIC, seja (a) operando sob o radar ou em "modo furtivo" dentro dos próprios complexos industriais educacionais e médicos, ou (b) operando "fora da rede", ou seja, mais ou menos fora dos complexos industriais educacionais e médicos formais. A primeira opção pode ser descrita como uma forma de desidentificação e pode ser criticada como "passageira" por alguns daqueles que investem na utilidade de um binário deficiente/não deficiente ou autista/alista. No entanto, essa desidentificação também pode ser fruto de uma avaliação cínica das possibilidades (e, de fato, das limitações) da política de identidade como base organizadora da ação política e, portanto, como estratégica e potencialmente subversiva para a AIC. Estratégico ou não, esse "modo furtivo" pode, no entanto, ser entendido como a geração de uma forma do que Tsing chama de "diversidade contaminada" (p. 29), que "muda o trabalho que imaginamos para os nomes, incluindo etnias e espécies" (p. 29) e, argumentaríamos, identidades em relação a construções ontológicas como autista e não autista. Qual é o "trabalho" do "autismo" em termos de identificação? O que pode significar a contaminação (por exemplo, o apagamento de um binário) de autista com alista?

O último desses exemplos de evasão do aparato da AIC (ou seja, operar "fora da rede") é uma experiência cada vez mais comum para uma gama cada vez maior de pessoas. Com isso, queremos dizer que as pessoas autistas constroem vidas e prosperam nas "ruínas" - não buscando diagnóstico, documentação, intervenção ou acomodação, mas um espaço onde possam viver e prosperar sem referência a essas construções. Essas são as pessoas que ganham a vida e constroem sua comunidade em economias assíncronas, digitais, não centralizadas e baseadas em gigs, ou em empregos flexíveis, como ciência da computação e outros campos analíticos em que a experiência autista é um ativo e não



um passivo. Essas são as crianças autistas que prosperam em redes de ensino livre, sem escola/descolarização/escolarização domiciliar, desenvolvendo seus talentos, interesses e pontos fortes sem referência a um sistema de ensino que as vê como fundamentalmente deficientes e que precisam ser consertadas (ou seja, tornarem-se, ou pelo menos parecerem, menos autistas). Há precariedade nisso, sim, mas a precariedade, como Tsing nos aponta, é cada vez mais endêmica na experiência contemporânea. A curiosidade sobre essas formas de viver em subversão ou sem referência à AIC pode ser o que ela chama de "o primeiro requisito de sobrevivência colaborativa em tempos precários" (p. 2). E estamos vivendo em tempos precários.

## **Referências**

- Albrecht, G. L. (1992). *The disability business (O negócio da deficiência)*. SAGE.
- Broderick, Alicia. (2009). Autism, "recovery [to normalcy]" and the politics of hope [Autismo, "recuperação [para a normalidade]" e a política da esperança]. *Intellectual and Developmental Disability*, 47, 263-281.
- Broderick, Alicia. (2010). Autism as enemy: Metaphor and cultural politics [Autismo como inimigo: metáfora e política cultural]. Em Leonardo, Zeus (ed.), *Handbook of Cultural Politics and Education*, pp. 237-268. Roterdã: Sense Publishers.
- Broderick, Alicia. (2011). Autismo como retórica: Exploring watershed rhetorical moments. *Disability Studies Quarterly*, 31(3): n.p.. <http://www.dsquds.org/article/view/1674/1597> <http://www.dsquds.org/article/view/1674/1597>
- Broderick, Alicia. (2017, março). O autismo como inimigo (metáfora) a serviço da intervenção como indústria (narrativa): A produção simbiótica do complexo industrial do autismo. Trabalho apresentado no Look Both Ways: Narrative and Metaphor in Education Conference, 30 de março a 1º de abril de 2017. Vrije Universiteit, Amsterdã, Holanda.
- Broderick, Alicia. (no prelo). *Autism, Inc.: The Autism Industrial Complex [O Complexo Industrial do Autismo]*. Gorham, ME: Myers Education Press.
- Broderick, Alicia e Ari Ne'eman. (2008). Autism as metaphor: Narrative and counter-narrative (Autismo como metáfora: narrativa e contra-narrativa). *International Journal of Inclusive Education*, 12 (5-6): 459-476.

- Broderick, Alicia e Robin Roscigno. (2019, novembro). Autismo, Inc.: O complexo industrial do autismo. Trabalho apresentado na Conferência Anual da Associação Americana de Estudos Educacionais, 30 de outubro a 2 de novembro de 2019. Baltimore, MD.
- Conselho de Certificação de Analistas Comportamentais. (n.d.). BACB certificant data. Recuperado em 17 de outubro de 2018, de <https://www.bacb.com/bacb-certificant-data/>.
- Buescher, A. V. S., Cidav, Z., Knapp, M., & Mandell, D. S. (2014). Costs of Autism Spectrum Disorders in the United Kingdom and the United States (Custos dos transtornos do espectro do autismo no Reino Unido e nos Estados Unidos). *JAMA Pediatrics*, 168(8), 721-728. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2014.210>.
- Bumiller, K. (2013). Cuidando do autismo: Towards a more responsive state (Rumo a um estado mais responsivo). Em M. Orsini & J. Davidson (Eds.), *Worlds of Autism: Accross the Spectrum of Neurological Difference* [Mundos do Autismo: Através do Espectro da Diferença Neurológica]. Univ. Of Minnesota Press. <https://doi.org/10.5749/minnesota/9780816688883.003.0007>.
- Davidson, J., & Orsini, M. (2013). *Worlds of autism* (Mundos do autismo). <https://doi.org/10.5749/minnesota/9780816688883.001.0001>.
- Dawson, M. (2004). The misbehavior of behaviourists: Ethical challenges to the autism/ABA industry (Desafios éticos para o setor de autismo/ ABA). [https://www.sentex.ca/~nexus23/naa\\_aba.html](https://www.sentex.ca/~nexus23/naa_aba.html)
- Ehrenreich, B., & Ehrenreich, J. (1970). The medical-industrial complex (O complexo médico-industrial). *NY Review of Books*, 14.
- Eyal, G. (2010). *The Autism Matrix* (A Matriz do Autismo). Polity.
- Goodley, D. (2016). Autism and the Human (Autismo e o humano). Em *Re-thinking autism: Diagnosis, identity and equality* (pp. 146-159). Jessica Kingsly Publishers.
- Grinker, R. (2018). Quem é o dono do autismo? Economia, fetichismo e partes interessadas. Em E. Fein & C. Rios (Eds.), *Autism in translation: An intercultural conversation on autism spectrum conditions* [Uma conversa intercultural sobre as condições do espectro do autismo]. Palgrave MacMillan.
- Grinker, R. R. (2020). Autismo, "estigma", deficiência: A shifting historical terrain.

- Current Anthropology, 61(S21), S55-S67. <https://doi.org/10.1086/705748>. Hacking, I. (1999). The social construction of what? Harvard University Press. Harvey, D. D. (2003). The new imperialism.
- Helt, M., Kelley, E., Kinsbourne, M., Pandey, J., Boorstein, H., Herbert, M., & Fein, D. (2008). As crianças com autismo podem se recuperar? Se sim, como? Neuropsychology Review, 18(4), 339-366. <https://doi.org/10.1007/s11065-008-9075-9>.
- Jack, J. (2014). Autismo e gênero: From refrigerator mothers to computer geeks. University of Illinois Press.
- Latif, S. (2016). The ethics and consequences of making autism spectrum diagnoses (A ética e as consequências de fazer diagnósticos do espectro do autismo). Em K. Runswick-Cole, R. Mallett, & S. Timimi (Eds.), Rethinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality [Diagnóstico, Identidade e Igualdade]. Jessica Kingsley Publishers.
- Leigh, J. P., & Du, J. (2015). Breve relatório: Forecasting the economic burden of autism in 2015 and 2025 in the United States (Previsão da carga econômica do autismo em 2015 e 2025 nos Estados Unidos). Journal of Autism and Developmental Disorders, 45(12), 4135-4139. <https://doi.org/10.1007/s10803-015-2521-7>.
- Longmore, P. K. (2016). Telethons: Spectacle, disability, and the business of charity (Espetáculo, deficiência e o negócio da caridade). Oxford University Press.
- Mallett, R., & Runswick-Cole, K. (2012). Commodifying autism: The cultural contexts of 'disability' in the academy (Os contextos culturais da 'deficiência' na academia). Em D. Goodley, B. Hughes, & L. Davis (Eds.), Disability and Social Theory: New Developments and Directions (pp. 33-51). Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9781137023001\\_3](https://doi.org/10.1057/9781137023001_3).
- Mallett, R., & Runswick-Cole, K. (2016). A mercantilização do autismo: What's at stake? Em Katherine Runswick-Cole, Rebecca Mallett e Sami Timimi (Eds.), Re-thinking autism. Jessica Kingsly Publishers.
- McGuire, A. (2016). Guerra contra o autismo: On the cultural logic of normative violence (Sobre a lógica cultural da violência normativa). Editora da Universidade de Michigan.

- McGuire, A. E. (2013). Comprando tempo: The s/pace of advocacy and the cultural production of autism. *Canadian Journal of Disability Studies*, 2(3), 98. <https://doi.org/10.15353/cjds.v2i3.102>.
- Milton, D., & Moon, L. (2012). The normalisation agenda and the psycho-emotional disablement of autistic people (A agenda da normalização e a incapacidade psicoemocional de pessoas autistas). *Autonomy, the Critical Journal of Interdisciplinary Autism Studies*, 1(1).
- Mingus, M. (2015, 6 de fevereiro). Visual do complexo médico industrial. Leaving Evidence. <https://leavingevidence.wordpress.com/2015/02/06/medical-industrial-complex-visual/>.
- Mitchell, D. T., & Snyder, S. L. (2015). The biopolitics of disability (A biopolítica da deficiência): Neoliberalism, ablenationalism, and peripheral embodiment (Neoliberalismo, ablenacionalismo e incorporação periférica). Editora da Universidade de Michigan.
- Murray, S. (2012). *Autism (Autismo)*. Routledge.
- Nadesan, M. H. (2005). *Constructing autism (1 edição)*. Routledge.
- Nadesan, M. H. (2013). Autismo e genética: Profit, risk, and bare life (Lucro, risco e vida nua). Em M. Orsini & J. Davidson (Eds.), *Worlds of autism: Across the spectrum of neurological difference (Mundos do autismo: através do espectro da diferença neurológica)*. Univ Of Minnesota Press.
- Osteen, M. (2010). *Autism and representation (Autismo e representação)*. Routledge.
- Persons with a disability (Pessoas com deficiência): Labor force characteristics-2019 (USDL-20-0339; p. 11). (2020).
- Bureau of Labor Statistics, Departamento do Trabalho dos Estados Unidos. [www.bls.gov/cps](http://www.bls.gov/cps).
- Picciano, A. G., & Spring, J. (2012). *The great American education-industrial Complex (1 edition)*. Routledge.
- Rodas, J. M. (2018). *Distúrbios autistas: Theorizing autism poetics from the DSM to Robinson Crusoe [Teorizando a poética do autismo do DSM a Robinson Crusoe]*. Editora da Universidade de Michigan.

- Roscigno, R. (2019). Neuroqueerness as Fugitive Practice: Reading Against the Grain of Applied Behavior Analysis Scholarship, *Educational Studies*, 55:4, 405-419.
- Roscigno, R. (2020). Semiotic stalemate: Resisting restraint and seclusion through Guattari's micropolitics of desire, *Canadian Journal of Disability Studies*, 9(5), 155-184. DOI: <https://doi.org/10.15353/cjds.v9i5.694>.
- Rosenthal, K., & Rosenthal, K. (Eds.). (2019). *Capitalism and disability (Capitalismo e deficiência): Selected writings by Marta Russell [Escritos selecionados de Marta Russell]*. Haymarket Books.
- Runswick-Cole, K., Mallett, R., & Timimi, S. (Eds.). (2016). *Re-thinking autism: Diagnosis, identity and equality*. Jessica Kingsley Publishers.
- Sequenzia, A. (2016). Autistic conversion therapy (Terapia de conversão autista). Autistic Women & Nonbinary Network (Rede de mulheres autistas e não binárias) (AWN). <https://awnnetwork.org/autistic-conversion-therapy/>.
- Silberman, S. (2015). *Neurotribos: The legacy of autism and the future of neurodiversity (O legado do autismo e o futuro da neurodiversidade)*. Penguin.
- Silverman, C. (2013). *Understanding autism (Entendendo o autismo): Parents, doctors, and the history of a disorder [Pais, médicos e a história de um transtorno]*. Princeton University Press.
- Timimi, S., & McCabe, B. (2016). Ferramentas de triagem e diagnóstico do autismo. Em K. Runswick-Cole, R. Mallett, & S. Timimi (Eds.), *Re-thinking autism: Diagnosis, identity and equality*. Jessica Kingsley Publishers.
- Tsing, A. L. (2015). The mushroom at the end of the world (O cogumelo no fim do mundo): Sobre a possibilidade de vida em ruínas capitalistas. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>.
- Wang, J. (2018). *Carceral Capitalism*. Semiotexto.
- Yergeau, M. (2017). *Autoria do autismo*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822372189>.